



CÓD: OP-062AB-23-B
7908403535002

CBM-PI

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ

Soldado

EDITAL Nº 001/2023



ATENÇÃO

- A Opção não está vinculada às organizadoras de Concurso Público. A aquisição do material não garante sua inscrição ou ingresso na carreira pública,
- Sua apostila aborda os tópicos do Edital de forma prática e esquematizada,
- Dúvidas sobre matérias podem ser enviadas através do site: www.apostilaopcao.com.br/contatos.php, com retorno do professor no prazo de até 05 dias úteis.,
- É proibida a reprodução total ou parcial desta apostila, de acordo com o Artigo 184 do Código Penal.



Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.

COMO ACESSAR O SEU BÔNUS

Se você comprou essa apostila em nosso site, o bônus já está liberado na sua área do cliente. Basta fazer login com seus dados e aproveitar.

Mas caso você não tenha comprado no nosso site, siga os passos abaixo para ter acesso ao bônus:



Acesse o endereço apostilaopcao.com.br/bonus.



Digite o código que se encontra atrás da apostila (**conforme foto ao lado**).



Siga os passos para realizar um breve cadastro e acessar o **bônus**.



Língua Portuguesa

1. Leitura e compreensão de textos de diversos gêneros: identificação de ideias centrais e secundárias, informações implícitas (inferenciação), relações de sentido	7
2. Relações entre texto e contextos de produção e circulação, características típicas de gêneros das esferas jornalística, literária, científica, judiciária e publicitária	14
3. Textos verbais e multissemióticos	20
4. Coerência textual. Coesão textual	21
5. Variedades linguísticas	21
6. Níveis da linguagem (formal, informal, semiformal)	22
7. Funções da linguagem (referencial, expressiva, conativa, fática, metalinguística, poética)	23
8. Relações semânticas (homonímia, sinonímia, antonímia, hiperonímia)	24
9. Estrutura gramatical da língua portuguesa: Fonologia: sons e letras, sílabas, encontros vocálicos, dígrafos, encontros consonantais	25
10. Ortografia	25
11. Regras de acentuação gráfica	26
12. Morfologia: estrutura e formação de palavras; elementos mórficos e seus significados; classes de palavras	27
13. Sintaxe: Frase, oração e período; tipos de período. Estrutura sintática de períodos simples e compostos	34
14. Sintaxe de concordância, de colocação e de regência	37
15. Pontuação	41

Raciocínio Lógico e Matemática Básica

1. Noções de lógica matemática e lógica argumentativa: proposição simples, proposição composta, negação de proposição simples e composta, condicionais, relação de implicação, relação de equivalência, sentenças abertas, problemas de raciocínio lógico argumentativo matemático.	47
2. Conjuntos, tipos de conjuntos, relações de pertinência, inclusão, igualdade e desigualdade entre conjuntos, subconjuntos, união, intersecção, diferença de conjuntos e complementar de um conjunto	70
3. Números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação), expressões numéricas, múltiplos e divisores de números, mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Frações: Propriedades, operações e problemas.	73
4. Razão, proporção	83
5. Regra de três simples e composta	84
6. Porcentagens.	85
7. Juros simples e juros compostos	87
8. Geometria plana: Figuras geométricas simples: reta, semirreta, segmento, ângulo plano, polígonos planos, circunferência e círculo. Congruência de figuras planas. Semelhança de triângulos. Teorema de Pitágoras. Relações métricas nos triângulos. Áreas de polígonos, círculos, coroa e setor circular.	89
9. Geometria espacial: áreas e volumes de prisma, pirâmide, cilindro, cone e esfera	99
10. Medidas de comprimento, superfície, volume, capacidade, massa, tempo e transformação de unidades de medidas	104
11. Equação do 1º grau, equação do 2º grau e sistemas de equações.	106
12. Função polinomial de 1º grau, função polinomial de 2º grau e funções exponenciais e logarítmicas	111
13. Sistemas lineares	125
14. Progressão aritmética e progressão geométrica	128
15. Análise combinatória	132
16. Probabilidade	135

Conhecimentos Regionais do Estado do Piauí

1. O território do Piauí: características gerais e socioeconômicas, formação histórica e dinâmicas recentes	139
2. Regionalização e divisão política administrativa	140
3. O espaço piauiense: população, economia, urbanização	141
4. O espaço agrário piauiense	142
5. Aspectos naturais do Piauí: relevo, clima, vegetação e hidrografia	142
6. Exploração e usos dos recursos naturais no Piauí	143
7. Questão ambiental no Piauí: problemas ambientais, degradação e conservação. Riscos e desastres ambientais	143

Noções de Informática

1. Noções de hardware: periféricos, CPU, memórias e dispositivos de entrada e saída.	149
2. Microsoft Windows (versão 10): conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos	149
3. Microsoft Word (versão 2019): estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto	151
4. Microsoft Excel (versão 2019): estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados	153
5. Microsoft Power Point (versão 2019): estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides	153
6. Internet: Navegação na Internet, manutenção dos endereços favoritos, utilização do histórico, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas	154

Constituição Federal

1. Dos Princípios Fundamentais	163
2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Dos direitos e deveres individuais e coletivos; Dos direitos sociais; Da nacionalidade	164
3. Da Organização do Estado - Da organização político-administrativa	170
4. Da administração pública	177
5. Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública, organização da Segurança Pública	183

Constituição do Estado do Piauí

1. Da administração pública - Das Disposições Gerais; Dos Servidores Públicos Militares	191
2. Da Justiça Militar	192
3. Da Segurança Pública – Disposição Geral; Da Polícia Civil; Da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar	193

Noções do Código Penal Brasileiro

1. Da aplicação da lei penal	197
2. Do crime; Da Imputabilidade Penal.	198
3. Das penas	205
4. Dos crimes contra a pessoa	208
5. Dos crimes contra o patrimônio	216

Noções de Direito Administrativo

1. Estado, governo e administração pública: conceitos; elementos; poderes e organização; natureza; fins e princípios	225
2. Organização administrativa do Estado: administração direta e indireta	227
3. Agentes públicos: sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional (Lei nº 8.429/1992)	235
4. Poderes administrativos: poderes hierárquico, disciplinar e regulamentar; poder de polícia; usos e abuso do poder	244
5. Controle e responsabilização da administração: controles administrativos, judicial e legislativo	246
6. Responsabilidade civil do Estado	249

Conteúdo Digital

Conhecimentos Gerais

1. Política e economia no espaço nacional e mundial	4
2. Disputas interimperialistas e transformações do espaço capitalista	4
3. Os blocos econômicos e as potências globais e regionais no sistema internacional	4
4. Organismos Internacionais	5
5. Globalização e fragmentação do espaço.	5
6. Conflitos étnicos, políticos e religiosos atuais	6
7. Exploração e uso dos recursos naturais e os desafios geopolíticos do século XXI.	6
8. Relações econômicas entre o Brasil e o Mundo	6
9. O espaço brasileiro: população, economia e urbanização	7
10. Questão Ambiental: problemas ambientais, degradação e conservação no âmbito nacional e internacional.	15

Legislação Institucional

1. Lei nº 3.808, de 16/07/1981 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Piauí)	20
2. Lei nº 3.729, de 27/05/1980 (Lei do Conselho de Disciplina de Policiais Militares e Corpo de Bombeiros do Estado do Piauí)	35
3. Lei nº 5.276, de 23/12/2002 (Lei de Desvinculação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Piauí)	37
4. Lei nº 5.459, de 30/06/2005 (Lei de Criação de Quadros de Oficiais e de Praças no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí) (Alterada pela Lei nº 5.520, de 13/12/2005 e Alterada pela Lei nº 7.772, de 04/04/2022)	37
5. Lei nº 5.460, de 30/06/2005 (Dispõe sobre a Transferência Definitiva de Policiais Militares para o Corpo de Bombeiros Militar e de Bombeiros Militares para a Polícia Militar)	38
6. Lei nº 5.462, de 30/06/2005 (Lei de Promoção de Praças do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí) (Alterada pela Lei nº 5.640, de 26/03/2007 e Alterada pela Lei nº 7.772, de 04/04/2022)	39

ÍNDICE

7. Lei nº 5.483, de 10/08/2005 (Dispõe sobre a Competência do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí e sobre o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado) (Alterada pela Lei nº 5.801, de 26/09/2008 e Lei nº 6.950, de 20/01/2017)	41
8. Lei nº 5.949 de 17/12/2009 (Lei de Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí) (Alterada pela Lei nº 7.772, de 04/04/2022)	49
9. Lei nº 7.720, de 28/12/2021 (Altera a redação da Lei nº 3.808, de 16 de julho de 1981, para dispor sobre o ingresso na Polícia Militar do Estado do Piauí)	58
10. Lei nº 7.725, de 17/01/2022 (Dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado do Piauí)	58
11. Lei nº 7.772, de 04/04/2022 (Lei de Organização Básica)	82
1. Lei nº 3.808, de 16/07/1981 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Piauí)	01
2. Lei nº 3.729, de 27/05/1980 (Lei do Conselho de Disciplina de Policiais Militares e Corpo de Bombeiros do Estado do Piauí)	16
3. Lei nº 5.276, de 23/12/2002 (Lei de Desvinculação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Piauí)	18
4. Lei nº 5.459, de 30/06/2005 (Lei de Criação de Quadros de Oficiais e de Praças no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí) (Alterada pela Lei nº 5.520, de 13/12/2005 e Alterada pela Lei nº 7.772, de 04/04/2022)	18
5. Lei nº 5.460, de 30/06/2005 (Dispõe sobre a Transferência Definitiva de Policiais Militares para o Corpo de Bombeiros Militar e de Bombeiros Militares para a Polícia Militar)	19
6. Lei nº 5.462, de 30/06/2005 (Lei de Promoção de Praças do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí) (Alterada pela Lei nº 5.640, de 26/03/2007 e Alterada pela Lei nº 7.772, de 04/04/2022)	20
7. Lei nº 5.483, de 10/08/2005 (Dispõe sobre a Competência do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí e sobre o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado) (Alterada pela Lei nº 5.801, de 26/09/2008 e Lei nº 6.950, de 20/01/2017)	22
8. Lei nº 5.949 de 17/12/2009 (Lei de Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí) (Alterada pela Lei nº 7.772, de 04/04/2022)	30
9. Lei nº 7.720, de 28/12/2021 (Altera a redação da Lei nº 3.808, de 16 de julho de 1981, para dispor sobre o ingresso na Polícia Militar do Estado do Piauí)	39
10. Lei nº 7.725, de 17/01/2022 (Dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado do Piauí)	39
11. Lei nº 7.772, de 04/04/2022 (Lei de Organização Básica)	63

Conteúdo Digital

- Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

<https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/>

Nessa tirinha anterior, podemos observar que, no segundo quadrinho, a frase “eu acho que você vai” só pode ser compreendida se levarmos em consideração o contexto intralinguístico. Ao considerarmos o primeiro quadrinho, conseguimos entender a mensagem completa do verbo “ir”, já que obtemos a informação que ele não vai ou vai à escola

c) Intertexto/Intertextualidade: ocorre quando percebemos a presença de marcas de outro(s) texto(s) dentro daquele que estamos lendo. Observemos o exemplo a seguir



<https://priscilapantaleao.wordpress.com/2013/06/26/tipos-de-intertextualidade/>

Na capa do gibi anterior, vemos a Magali na atuação em uma peça de teatro. Ao pronunciar a frase “comer ou não comer”, pela estrutura da frase e pelos elementos visuais que remetem ao teatro e pelas roupas, percebemos marca do texto de Shakespeare, cuja frase seria “ser ou não”. Esse é um bom exemplo de intertexto.

Conhecimentos necessários à interpretação de texto⁶

Na leitura de um texto são mobilizados muitos conhecimentos para uma ampla compreensão. São eles:

Conhecimento enciclopédico: conhecimento de mundo; conhecimento prévio que o leitor possui a partir das vivências e leituras realizadas ao longo de suas trajetórias. Esses conhecimentos são essenciais à interpretação da variedade de sentidos possíveis em um texto.

O conceito de conhecimento Prévio⁷ refere-se a uma informação guardada em nossa mente e que pode ser acionada quando for preciso. Em nosso cérebro, as informações não possuem locais exatos onde serão armazenadas, como gavetas. As memórias são complexas e as informações podem ser recuperadas ou reconstruídas com menor ou maior facilidade. Nossos conhecimentos não são

6 KOCH, Ingedore V. e ELIAS, Vanda M. *Ler e Compreender os Sentidos do Texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

7 <https://bit.ly/2P415JM>.

estáticos, pois o cérebro está captando novas informações a cada momento, assim como há informações que se perdem. Um conhecimento muito utilizado será sempre recuperado mais facilmente, assim como um pouco usado precisará de um grande esforço para ser recuperado. Existem alguns tipos de conhecimento prévio: o intuitivo, o científico, o linguístico, o enciclopédico, o procedimental, entre outros. No decorrer de uma leitura, por exemplo, o conhecimento prévio é criado e utilizado. Por exemplo, um livro científico que explica um conceito e depois fala sobre a utilização desse conceito. É preciso ter o conhecimento prévio sobre o conceito para se aprofundar no tema, ou seja, é algo gradativo. Em leitura, o conhecimento prévio são informações que a pessoa que está lendo necessita possuir para ler o texto e compreendê-lo sem grandes dificuldades. Isso é muito importante para a criação de inferências, ou seja, a construção de informações que não são apresentadas no texto de forma explícita e para a pessoa que lê conectar partes do texto construindo sua coerência.

Conhecimento linguístico: conhecimento da linguagem; Capacidade de decodificar o código linguístico utilizado; Saber acerca do funcionamento do sistema linguístico utilizado (verbal, visual, vocal).

Conhecimento genérico: saber relacionado ao gênero textual utilizado. Para compreender um texto é importante conhecer a estrutura e funcionamento do gênero em que ele foi escrito, especialmente a função social em que esse gênero é usualmente empregado.

Conhecimento interacional: relacionado à situação de produção e circulação do texto. Muitas vezes, para entender os sentidos presente no texto, é importante nos atentarmos para os diversos participantes da interação social (autor, leitor, texto e contexto de produção).

Diferentes Fases de Leitura⁸

Um texto se constitui de diferentes camadas. Há as mais superficiais, relacionadas à organização das estruturas linguísticas, e as mais profundas, relacionadas à organização das informações e das ideias contidas no texto. Além disso, existem aqueles sentidos que não estão imediatamente acessíveis ao leitor, mas requerem uma ativação de outros saberes ou relações com outros textos.

Para um entendimento amplo e profundo do texto é necessário passar por todas essas camadas. Por esse motivo, dizemos que há diferentes fases da leitura de um texto.

Leitura de reconhecimento ou pré-leitura: classificada como leitura prévia ou de contato. É a primeira fase de leitura de um texto, na qual você faz um reconhecimento do “território” do texto. Nesse momento **identificamos** os elementos que compõem o enunciado. Observamos o título, subtítulos, ilustrações, gráficos. É nessa fase que entramos em contato pela primeira vez com o assunto, com as opiniões e com as informações discutidas no texto.

Leitura seletiva: leitura com vistas a **localizar** e **selecionar** informações específicas. Geralmente utilizamos essa fase na busca de alguma informação requerida em alguma questão de prova. A leitura seletiva seleciona os períodos e parágrafos que possivelmente contém uma determinada informação procurada.

8 CAVALCANTE FILHO, U. *ESTRATÉGIAS DE LEITURA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS NA UNIVERSIDADE: DA DECODIFICAÇÃO À LEITURA CRÍTICA*. In: *ANAIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA*

		Disjunção	Conjunção	Condicional	Bicondicional
p	q	$p \vee q$	$p \wedge q$	$p \rightarrow q$	$p \leftrightarrow q$
V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	F	F
F	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	V

Exemplo:
(MEC – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS POSTOS 9,10,11 E 16 – CESPE)

	P	Q	R
①	V	V	V
②	F	V	V
③	V	F	V
④	F	F	V
⑤	V	V	F
⑥	F	V	F
⑦	V	F	F
⑧	F	F	F

A figura acima apresenta as colunas iniciais de uma tabela-verdade, em que P, Q e R representam proposições lógicas, e V e F correspondem, respectivamente, aos valores lógicos verdadeiro e falso.

Com base nessas informações e utilizando os conectivos lógicos usuais, julgue o item subsecutivo.

A última coluna da tabela-verdade referente à proposição lógica $P \vee (Q \leftrightarrow R)$ quando representada na posição horizontal é igual a

	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦	⑧
$P \vee (Q \leftrightarrow R)$	V	V	V	F	V	F	V	V

- () Certo
- () Errado

Resolução:

$P \vee (Q \leftrightarrow R)$, montando a tabela verdade temos:

R	Q	P	[P	\vee	(Q	\leftrightarrow	R)]
V	V	V	V	V	V	V	V
V	V	F	F	V	V	V	V
V	F	V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	F	F	F	V
F	V	V	V	V	V	F	F
F	V	F	F	F	V	F	F
F	F	V	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	F	V	F

Resposta: Certo

O ESPAÇO PIAUIENSE: POPULAÇÃO, ECONOMIA, URBANIZAÇÃO

Dados da população IBGE

População estimada [2021] ----- 3.289.290 pessoas
 População no último censo [2010] ----- 3.118.360 pessoas
 Densidade demográfica [2010] ----- 12,40 hab/km²
 Total de veículos [2021] ----- 1.338.918 veículos

Dados trabalho e rendimento IBGE

Rendimento nominal mensal domiciliar per capita [2022] ----- 1.110 R\$

Pessoas de 16 anos ou mais ocupadas na semana de referência [2016] ----- 1.561 pessoas (×1000)

Proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas as ocupadas na semana de referência [2016] ----- 31,4 %

Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022] ----- 36,7 %

Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2022] ----- 2.316 R\$

Pessoal ocupado na Administração pública, defesa e seguridade social [2020] ----- 109.503 pessoas

De acordo com dados do IBGE, o Piauí apresentou o menor crescimento populacional entre 2012 e 2018 em todo o Brasil, com apenas 1,6%. Isso significa que a estimativa da população em 2012 era de 3.213 milhões de habitantes e, em 2018, esse número subiu para 3.264 milhões. No entanto, segundo o mesmo instituto, o estado será o primeiro a sofrer uma redução em sua população a partir de 2032, podendo chegar a uma queda de 10%, com uma estimativa de 2.948.119 habitantes. Essa redução possível se deve, em parte, ao índice reduzido da taxa de fecundidade da população e ao aumento do envelhecimento, tendência já prevista para todo o país.

Em 2018, a taxa de fecundidade no estado foi de 1,76 filhos por mulher e, segundo o IBGE, esse número deve continuar caindo ao longo dos anos. Estima-se que em 2020 a taxa será de 1,75, em 2030 de 1,71 e em 2060 de 1,69. Esses dados indicam que nos próximos 40 anos, haverá uma redução no número de nascimentos no Piauí. Esse cenário pode ter influenciado na economia e na estrutura social do estado, especialmente em relação aos cuidados com idosos e à oferta de serviços públicos, como saúde e educação.

A migração piauiense

A migração é um fator que tem contribuído para a redução populacional do Piauí. De acordo com dados do IBGE, o estado é um dos que mais perde população em decorrência da migração para outros estados. Esse fenômeno é mais evidente nas pequenas cidades do interior, especialmente nas regiões semiáridas, onde muitos municípios enfrentam carências de infraestrutura, oportunidades de emprego e educação.

Aproximadamente 30% dos emigrantes piauienses escolhem o Estado de São Paulo como destino, onde residem cerca de 300 mil pessoas nascidas no Piauí. O Maranhão é o segundo estado que mais acolhe piauienses, com cerca de 180 mil pessoas. O Distrito Federal também é uma unidade federativa muito procurada pelos piauienses, onde reside cerca de 140 mil pessoas nascidas no esta-

do. Esses números refletem a busca por melhores condições de vida e trabalho, além de outras oportunidades, que muitas vezes não são encontradas em suas cidades natais.

Dados da economia IBGE

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) [2010] ----- 0,646
 Receitas orçamentárias realizadas [2017] ----- 12.124.215,62 R\$ (×1000)

Despesas orçamentárias empenhadas [2017] ----- 9.676.736,32 R\$ (×1000)

Número de agências [2021] ----- 156 agências

Depósitos a prazo [2021] ----- 3.729.209.322,00 R\$

Depósitos à vista [2021] ----- 2.234.374.355,00 R\$

A economia do estado é baseada principalmente na agropecuária, com destaque para a produção de soja, milho, feijão, algodão e carne bovina. O setor de serviços também tem crescido nos últimos anos, impulsionado pelo turismo e pela construção civil.

As principais atividades econômicas do estado são a indústria química, têxtil e de bebidas, além da agricultura com destaque para o algodão, arroz, cana-de-açúcar e mandioca, e a pecuária.

A economia do Piauí é diferenciada, com destaque para a agropecuária, comércio, serviços e indústria. O estado possui um PIB de cerca de R\$ 43 bilhões (dados de 2019), com um PIB per capita de R\$ 13.339,00.

O Piauí é um importante produtor de mel, sendo responsável por cerca de 10% da produção nacional.

O setor de comércio e serviços tem agradado nos últimos anos, impulsionado principalmente pelo turismo, que tem atraído um grande número de visitantes para o estado. O Piauí possui diversas atrações turísticas, como as praias de Luís Correia, a Serra da Capivara (que abriga importantes sítios arqueológicos), o Delta do Parnaíba e o Parque Nacional da Serra das Confusões.

Na indústria, destacam-se os setores têxtil, de calçados, alimentos, bebidas e de construção civil. O estado possui incentivos fiscais para atrair investimentos e possui um polo industrial em Teresina, além de empresas de pequeno e médio porte espalhadas pelo estado.

Apesar dos avanços, o estado ainda enfrenta desafios em relação à infraestrutura, especialmente nas áreas de transporte e energia elétrica, o que pode limitar o potencial de crescimento econômico em algumas regiões do estado.

A urbanização

Teve um grande avanço nas últimas décadas, impulsionado pelo aumento da população e pelo desenvolvimento econômico do estado. A capital Teresina é a cidade mais populosa e mais urbanizada do Piauí, com cerca de 870 mil habitantes e um índice de urbanização de mais de 98%. Outras cidades importantes, como Parnaíba e Floriano, também apresentam níveis elevados de urbanização.

No entanto, a urbanização no Piauí também apresenta alguns desafios e problemas. O rápido crescimento urbano muitas vezes não é acompanhado pela infraestrutura necessária, o que pode levar à precariedade dos serviços públicos, como saneamento básico, transporte e moradia. Além disso, a expansão das áreas urbanas pode causar ambientes negativos, como a expressão de áreas verdes e fumo do ar e da água.

Para lidar com esses desafios, o estado vem implementando políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano sustentável, como a elaboração de planos diretores, incentivos fiscais para

- *Autotutela*: é o princípio que autoriza que a Administração Pública revise os seus atos e conserte os seus erros.

- *Segurança Jurídica*: O ordenamento jurídico vigente garante que a Administração deve interpretar a norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

- *Razoabilidade e da Proporcionalidade*: São tidos como princípios gerais de Direito, aplicáveis a praticamente todos os ramos da ciência jurídica. No âmbito do Direito Administrativo encontram aplicação especialmente no que concerne à prática de atos administrativos que impliquem restrição ou condicionamento a direitos dos administrados ou imposição de sanções administrativas.

- *Probidade Administrativa*: A conduta do administrador público deve ser honesta, pautada na boa conduta e na boa-fé.

- *Continuidade do Serviço Público*: Via de regra os serviços públicos por serem prestados no interesse da coletividade devem ser adequados e seu funcionamento não deve sofrer interrupções.

Ressaltamos que não há hierarquia entre os princípios (expressos ou não), visto que tais diretrizes devem ser aplicadas de forma harmoniosa. Assim, a aplicação de um princípio não exclui a aplicação de outro e nem um princípio se sobrepõe ao outros.

Nos termos do que estabelece o artigo 37 da Constituição Federal, os princípios da Administração abrangem a Administração Pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, vinculando todos os órgãos, entidades e agentes públicos de todas as esferas estatais ao cumprimento das premissas principiológicas.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO: ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

NOÇÕES GERAIS

Para que a Administração Pública possa executar suas atividades administrativas de forma eficiente com o objetivo de atender os interesses coletivos é necessária a implementação de técnicas organizacionais que permitam aos administradores públicos decidirem, respeitados os meios legais, a forma adequada de repartição de competências internas e escalonamento de pessoas para melhor atender os assuntos relativos ao interesse público.

Celso Antonio Bandeira de Mello, em sua obra *Curso de Direito Administrativo* assim afirma: “...o Estado como outras pessoas de Direito Público que crie, pelos múltiplos cometimentos que lhe assistem, têm de repartir, no interior deles mesmos, os encargos de sua alçada entre diferentes unidades, representativas, cada qual, de uma parcela de atribuições para decidir os assuntos que lhe são afetos...”

A **Organização Administrativa** é a parte do Direito Administrativo que normatiza os órgãos e pessoas jurídicas que a compõem, além da estrutura interna da Administração Pública.

Em âmbito federal, o assunto vem disposto no Decreto-Lei n. 200/67 que “*dispõe sobre a organização da Administração Pública Federal e estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa*”.

O certo é que, durante o exercício de suas atribuições, o Estado pode desenvolver as atividades administrativas que lhe compete por sua própria estrutura ou então prestá-la por meio de outros sujeitos.

A Organização Administrativa estabelece as normas justamente para regular a prestação dos encargos administrativos do Estado bem como a forma de execução dessas atividades, utilizando-se de técnicas administrativas previstas em lei.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

Em âmbito federal o Decreto-Lei 200/67 regula a estrutura administrativa dividindo, para tanto, em Administração Direta e Administração Indireta.

Administração Direta

A Administração Pública Direta é o conjunto de órgãos públicos vinculados diretamente ao chefe da esfera governamental que a integram.

DECRETO-LEI 200/67

Art. 4º A Administração Federal compreende:

I - A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.

Por característica não possuem personalidade jurídica própria, patrimônio e autonomia administrativa e cujas despesas são realizadas diretamente por meio do orçamento da referida esfera.

Assim, é responsável pela gestão dos serviços públicos executados pelas pessoas políticas por meio de um conjunto de órgãos que estão integrados na sua estrutura.

Outra característica marcante da Administração Direta é que não possuem personalidade jurídica, pois não podem contrair direitos e assumir obrigações, haja vista que estes pertencem a pessoa política (União, Estado, Distrito Federal e Municípios).

A Administração direta não possui capacidade postulatória, ou seja, não pode ingressar como autor ou réu em relação processual. Exemplo: Servidor público estadual lotado na Secretaria da Fazenda que pretende interpor ação judicial pugnando o recebimento de alguma vantagem pecuniária. Ele não irá propor a demanda em face da Secretaria, mas sim em desfavor do Estado que é a pessoa política dotada de personalidade jurídica com capacidade postulatória para compor a demanda judicial.

Administração Indireta

São integrantes da Administração indireta as fundações, as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

DECRETO-LEI 200/67

Art. 4º A Administração Federal compreende:

[...]

II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

- a) Autarquias;
- b) Empresas Públicas;
- c) Sociedades de Economia Mista.
- d) fundações públicas.

Parágrafo único. As entidades compreendidas na Administração Indireta vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

Essas quatro pessoas ou entidades administrativas são criadas para a execução de atividades de forma descentralizada, seja para a prestação de serviços públicos ou para a exploração de atividades